



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Processo nº 48000.002469/2014-13

CONTRATO Nº 03/2015 - MME

CONTRATO DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE PERSIANAS VERTICAIS E HORIZONTAIS NO MME, QUE CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA E A EMPRESA MARCEA QUEROZ DE LIMA GOMES - ME.

A **União**, por intermédio do **Ministério de Minas e Energia**, inscrito no CNPJ sob nº 37.115.383/0001-53, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília/Distrito Federal, CEP 70.065-900, neste ato representado por seu **Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**, Senhor **Marcelo Cruz**, portador da Cédula de Identidade nº 761.561 – SSP/DF e CPF nº 316.297.171-34, com fundamento no inciso VII do artigo 45 do Regimento Interno da Secretaria Executiva/MME aprovado pela Portaria GM/MME nº 89, de 27.02.2014, com fundamento no Artigo 42, inciso VIII do Regimento Interno da Secretaria Executiva/MME aprovada pela Portaria SE/MME nº 89, de 27/2/2014, publicada no DOU de 28/2/2014, doravante denominado simplesmente **Contratante** e, de outro lado, a empresa **MARCEA QUEROZ DE LIMA GOMES - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 12.979.690/0001-51, estabelecida na SCR N 716 Bloco A Loja 31 – CEP.: 70770-610, Asa Norte, na cidade Brasília-DF, neste ato representado por seu Representante Legal, Senhor **Marcea Queroz de Lima Gomes**, portador da Cédula de Identidade nº 2.131.904 SSP/DF e CPF nº 940.195.251-53, daqui por diante denominada **Contratada**, têm entre si, justo e avençado e celebram este Contrato de **Prestação de Serviços**, que tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do **processo administrativo** supra mencionado, **Pregão Eletrônico nº 05/2015**, regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000; Instrução Normativa/IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008 e suas alterações; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 no que couber e com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais disposições aplicáveis, bem como pelas condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, pelos termos da proposta e pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada para o fornecimento com instalação de persianas verticais e horizontais, por demanda, para o Ministério de Minas e Energia, em Brasília-DF**, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e condições gerais constantes no Termo de Referência, **Anexo I** do Edital.

Subcláusula Única – São partes integrantes deste Instrumento como se nele transcrito:

- a) Edital do **Pregão Eletrônico nº 05/2015**– MME e Anexos, independente de sua transcrição;

- b) Proposta da Contratada, datada de 04/03/2015, com os documentos que a compõem;
- c) Correspondências trocadas entre a Contratante e a Contratada sobre o objeto da licitação, bem como os demais elementos e instruções contidas no processo licitatório em referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL E HORÁRIO, DAS CONDIÇÕES E PRAZOS, E DA GARANTIA.

Os serviços deverão ser realizados nas dependências do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, em Brasília - DF, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco U, rigorosamente de acordo com as especificações técnicas consignadas no **Item 3 do Termo de Referência - Anexo I do Edital**, com fiel observância dos prazos, horários e condições de execução dos serviços, e ainda:

Subcláusula Primeira - Preferencialmente, o fornecimento/instalação deverão ser realizados em horário normal de trabalho do Contratante, de 08h às 18h, nos dias úteis. Eventualmente, poderão ser executados em períodos noturnos ou em finais de semana, conforme as necessidades do Contratante.

Subcláusula Segunda - Os quantitativos apresentados no Termo de Referência são estimados, com base em demandas anteriores, com projeções de utilização no transcorrer do ano, podendo ser executados no total ou em parte;

Subcláusula Terceira - Também poderão não ser executados, se para algum item não houver nenhuma demanda, sem prejuízo para o Contratante.

Subcláusula Quarta - O fornecimento/instalação ocorrerá mediante solicitações do Contratante, por meio de **Ordens de Serviços** quantificadas e orçadas, emitidas por servidor designado pelo Contratante como Fiscal do Contrato.

Subcláusula Quinta – O fornecimento/instalação **com área igual ou inferior a 100m²** (cem metros quadrados), deverão ser executados em **até 10 (dez dias corridos)**, a partir da solicitação feita pelo Contratante.

Subcláusula Sexta – O fornecimento/instalação **com área superior a 100m²** (cem metros quadrados), deverão ser executados em **até 15 (quinze dias corridos)**, a partir da solicitação feita pelo Contratante.

Subcláusula Sétima – Os materiais e os serviços deverão ter **garantia** contra quaisquer defeitos de fabricação ou de aplicação, pelo **período mínimo de 1 (um) ano**, considerando as condições normais de uso, a contar do recebimento e conclusão das Ordens de Serviços.

Subcláusula Oitava – A Contratada deverá corrigir os defeitos apresentados, durante o prazo de garantia, em no máximo **03 (três) dias corridos**, contados de sua notificação.

Subcláusula Nona – Os prazos referenciados nesta Cláusula poderão ser prorrogados uma única vez, mediante justificativa devidamente fundamentada e comprovada pela Contratada, por escrito, pelo menos até 24h (vinte e quatro horas) antes da data fixada, e aceita pela Administração, devendo constar na Ordem de Serviço, quando houver modificação.

Subcláusula Décima - Em caso de descumprimento dos prazos consignados no Termo de Referência e Anexos, a Contratada estará sujeita às penalidades previstas no Edital, neste Contrato e nas legislações pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO

O fornecimento e instalação do objeto deste Contrato serão recebidos de acordo com o artigo 73 da Lei nº 8.666/93, e nos seguintes termos:

- a) **Provisoriamente**, pelo Fiscal do Contrato legalmente nomeado, mediante “Termo de Recebimento Provisório”, circunstanciado, assinado pelas partes, imediatamente após a conclusão do(s) serviço(s).



- b) **Definitivamente** - pelo Fiscal do Contrato, mediante “Termo de Recebimento Definitivo”, circunstanciado, assinado pelas partes, após a confirmação das características dos materiais, da qualidade dos serviços, e das quantidades solicitadas na(s) Ordem(ns) de Serviço(s), e após ter sido feitas, se for o caso, as correções ou pendências observadas, em até **05 (cinco) dias úteis**, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula primeira - A Contratada obriga-se a executar o objeto deste Contrato estritamente de acordo com as especificações técnicas descritas no **Termo de Referência, Anexo I do Edital**, sendo de sua inteira responsabilidade quando constatado, pela Administração do Contratante quando do recebimento, não estar em conformidade com as referidas especificações.

Subcláusula segunda - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento e instalação, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

Subcláusula Primeira - Utilizar na execução dos serviços, produtos e equipamentos elétricos que apresentam os melhores níveis de eficiência energética, preferencialmente aqueles com o Selo PROCEL e certificados pelo Inmetro, de acordo com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Subcláusula Segunda - Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente ao constante do Termo de Referência, **Anexo I**, do Edital.

Subcláusula Terceira – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares (garrações com lacre de inviolabilidade, atóxicos e inodoros).

Subcláusula Quarta - Utilizar materiais produzidos com critérios de sustentabilidade ao meio ambiente, preferencialmente reciclados e, na impossibilidade desses, materiais que tenham sido fabricados com a utilização de recursos renováveis ou extraídos da natureza de forma sustentável e que não agredam o meio ambiente;

Subcláusula Quinta – Descartar a utilização de materiais e resíduos sólidos cujo processo de fabricação é poluente ao ar atmosférico, a água, ao solo ou gera poluição sonora;

Subcláusula Sexta - Que os materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva *RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)*, tais como mercúrio (*Hg*), chumbo (*Pb*), cromo hexavalente (*Cr(VI)*), cádmio (*Cd*), bifenil-polibromados (*PBBs*), éteres difenil-polibromados (*PBDEs*).

Subcláusula Sétima - Que os materiais devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Subcláusula Oitava – Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia e utilizar tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de eficiência energética nº 10.295/01, Decreto nº 4.131/02, Portarias INMETRO nº 289/06 e nº 243/09.

Subcláusula Nona – Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, e prever a destinação

ambiental adequada de pilhas e baterias usadas inservíveis, pois seus resíduos são utilizados para fabricação de vidros, tintas, cerâmicas, e segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30/06/99.

Subcláusula Décima – Realizar programas internos de treinamentos específicos de seus empregados, quanto às noções e práticas de sustentabilidade ambiental e eficiência energética (economia de água e energia elétrica, e outros inerentes ao objeto contratual), observadas as normas ambientais vigentes.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações específicas da Contratada, em complemento àquelas enumeradas no Item 15 do Termo de Referência – Anexo I do Edital sem prejuízo das obrigações estabelecidas nas normas legais e técnicas aplicáveis a este Contrato e aos **serviços e materiais** nele previstos e conforme descritas abaixo:

- a) Cumprir integralmente o Termo de Referência, **Anexo I** do Edital, à legislação vigente, às normas pertinentes, à sua proposta, os critérios de sustentabilidade ambiental, bem como as orientações do Contratante;
- b) Programar junto com a Fiscalização todos os trabalhos que afetem as atividades do Contratante ou que possam prejudicar os andamentos dos seus trabalhos normais, sendo que em alguns casos, só poderão ser realizados em horários noturnos ou finais de semana;
- c) Resguardar e proteger convenientemente os locais sob intervenção, inclusive os equipamentos próximos com lona plástica e ou outros dispositivos de proteção. Esses locais deverão ter sinalização de segurança através de placas, cartazes, cones, fitas zebreadas, etc.;
- d) Apresentar seus funcionários devidamente uniformizados, com a identificação da empresa e crachá de identificação pessoal;
- e) É vedada a subempreitada global ou parcial dos serviços;
- f) Comunicar ao Contratante, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração ou do endereço;
- g) Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- h) Utilizar exclusivamente material de primeira qualidade, Classe “A”;
- i) Responsabilizar pela limpeza do local onde forem realizados os serviços, depositando todos os materiais reaproveitáveis em locais designados pela fiscalização, recolhendo os entulhos em recipientes apropriados, descartando-os em locais indicados pelo GDF, sem criar constrangimentos para o Contratante;
- j) Sinalizar e/ou isolar convenientemente o local sob intervenção objetivando dar segurança aos seus funcionários, aos servidores do MME ou a terceiros, bem como adotar todas as medidas preventivas de acidentes recomendadas pela Legislação vigente;
- k) Programar junto com a Fiscalização todos os trabalhos que afetem as atividades do Ministério ou que possam prejudicar os andamentos dos seus trabalhos normais, sendo que em alguns casos, só poderão ser realizados em horários noturnos ou finais de semana;
- l) Dar integral cumprimento ao Contrato, Edital, Termo de Referência, à legislação vigente, às normas pertinentes, à sua proposta, bem como, as orientações do próprio Contratante;
- m) Refazer os serviços rejeitados pela Fiscalização, devido ao uso de materiais que não sejam os especificados e/ou qualificados como não sendo de primeira qualidade, ou considerados

como mal executados, com mão de obra devidamente qualificada e com a celeridade necessária para que não seja prejudicado o Contratante;

- n) Responsabilizar-se pela alimentação de seus funcionários que estiverem prestando serviços a este Ministério, preferencialmente, por meio de fornecimento de ticket/vale refeição;
- o) Manter, no local dos serviços, os funcionários da empresa portando os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) requeridos na execução das atividades, tais como: óculos de segurança, máscara anti-poeira, luvas, calçados apropriados, aventais, etc.;
- p) Manter no local dos serviços um "Diário de Ocorrências", para o registro das ocorrências principais diárias relativas à execução dos serviços, assinado pelo Responsável Técnico da empresa;
- q) Responsabilizar-se por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio do MME, reparando às suas custas os mesmos, durante a execução dos serviços contratados;
- r) Responsabilizar-se pelo fornecimento dos materiais, mão de obra, encargos sociais, equipamentos, ferramentas, fretes, transportes horizontais e verticais, impostos, taxas, emolumentos, administração, seguros, etc., necessários à execução dos serviços;
- s) Executar os trabalhos por mão de obra especializada, preferencialmente, com curso de capacitação promovido pelo fabricante ou entidades afins;
- t) Usar pessoal próprio, contratado sob a sua inteira responsabilidade, capacitado, orientado e treinado, para, sob a sua supervisão direta, executar os serviços em condições de segurança, com qualidade;
- u) Recrutar os funcionários necessários à execução dos serviços em seu nome, arcando com todos os encargos decorrentes da contratação, inclusive transporte e alimentação;
- v) Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para o Contratante, devendo, para tanto programar seus serviços junto com a Fiscalização;
- w) Observar o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante, em complemento àquelas enumeradas no **Item 14 do Termo de Referência – Anexo I** do Edital e conforme descritas abaixo:

- a) Assegurar o acesso dos empregados da empresa, quando devidamente identificados, aos locais em que devem executar as tarefas;
- b) Relacionar-se com a Contratada exclusivamente através de pessoa por ela credenciada (preposto);
- c) Comunicar à Contratada qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas no Termo de Referência, **Anexo I** do Edital e no respectivo Contrato, determinando as medidas necessárias à sua imediata regularização;
- d) Não interferir na contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada;
- e) Fiscalizar os termos da Súmula Vinculante N°13 do STF, que trata do Nepotismo na contratação de empregados no Serviço Público, a serem alocados ao Ministério;
- f) Aplicar, por atraso ou inexecução parcial ou total do objeto contratado, as sanções administrativas previstas e fundamentadas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, nas demais legislações em vigor, e neste Contrato;
- g) Efetuar os pagamentos na forma estabelecida no respectivo Contrato, devendo verificar a regularidade do recolhimento dos encargos sociais antes de efetuar o pagamento;

- h) Fiscalizar a execução dos serviços por meio de Fiscal do Contrato especialmente designado para esse fim, de conformidade com o Art. 67 da Lei 8666/93;
- i) Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços;
- j) Comunicar à Contratada, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração ou do endereço de cobrança;
- k) Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos mesmos;
- l) Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a serviço do Contratante, para comprovar o registro da função profissional;
- m) Documentar e firmar em registro próprio (Livro de Ocorrências), juntamente com o preposto da Contratada, as ocorrências havidas, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou incorreções observadas;
- n) Aplicar, por atraso ou inexecução parcial ou total do objeto deste Contrato, Termo de Referência, as sanções administrativas previstas e fundamentadas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e outras previstas na legislação em vigor;
- o) Providenciar em tempo hábil, por intermédio da Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME e na impossibilidade desta por unidade administrativa superior, as decisões que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato;
- p) Não interferir na contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;
- q) Evitar promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO

Este Contrato tem o valor global estimado de **RS 42.000,00** (Quarenta e dois mil reais), resultante da aplicação do preço total indicado na planilha abaixo e na proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº **05/2015**, não estando sujeita a reajuste ou acréscimo de qualquer natureza:

ITENS	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	VALOR UNIT. RS	VALOR TOTAL RS
01	Fornecimento e instalação de <u>persianas verticais em juta resinada</u> , presas por garras de aço e sustentadas por suportes de aço em 'L' fixadas à estrutura das esquadrias, penduradas em trilhos apropriados de alumínio anodizado, com mecanismos para abertura por recolhimento e por giro em 180°, com cabides e envelopes em nylon tratados contra ressecamento, comando giratório com redutor de velocidade em bolinhas de PVC, corda de operação 100% em propileno de alta resistência, com bandô em alumínio revestido com mesmo material, conforme existentes no MME, cor a escolher, com remoção da existente.	m ²	800	43,65	34.920,00
02	Fornecimento e instalação de <u>persianas verticais em juta resinada com blecaute</u> , presas por garras de aço e sustentadas por suportes de aço em 'L' fixadas à estrutura das esquadrias, penduradas em trilhos apropriados de alumínio anodizado, com mecanismos para abertura por recolhimento e por giro em 180°, com cabides e envelopes em nylon tratados contra ressecamento, comando giratório com redutor de velocidade em bolinhas de PVC, corda de operação 100% em propileno de alta resistência, com bandô em alumínio revestido com mesmo material, conforme existentes no MME, cor a escolher, com remoção da existente.	m ²	100	51,00	5.100,00
03	Fornecimento e instalação de <u>forro tipo "black out" nacional (cortina)</u> , cor a escolher, fabricada em vinil, com composição 100% em policloreto de vinila tipo "Vulcan" ou similar, instalado em trilho suíço em alumínio na cor branca com duas guias, sustentados por	m ²	20	45,00	900,00

ITENS	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	VALOR UNIT. RS	VALOR TOTAL RS
	suportes de aço em 'L', fixados à estrutura das esquadrias, com remoção da existente caso necessário.				
04	Fornecimento e instalação de <u>persianas horizontais em laminas metálicas de 21 x 25 mm</u> pré-tratadas quimicamente, acabamento esmaltado em estufa, para maior aderência e melhor resistência a corrosão pela tinta, que deve ser a de poliéster e melanina, composta de pigmentos estáveis a luz, umidade e aos raios ultravioletas. Terminais e componentes com cores e padrões coordenados com o conjunto. Escadas e cordões 100% em poliéster, giro 180° para melhor controle de luz. Freio de alta sensibilidade para controle de altura. Cordão com encaixe na base da persiana e cliques de instalação em aço temperado e blindado internamente para sustentação da persiana e capaz de resistir bem ao manuseio, conforme existentes no MME, cor a escolher, com remoção da existente.	m ²	20	54,00	1.080,00
VALOR TOTAL RS					42.000,00

Subcláusula Única – Nos preços acima estabelecidos estão compreendidos o fornecimento e instalação do objeto deste Contrato, incluindo as despesas com leis sociais, trabalhistas, comerciais, tributárias e previdenciárias, impostos e todos os custos, insumos e demais obrigações legais, inclusive todas as despesas que onerem, direta ou indiretamente, o objeto ora contratado, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações da Contratada, a título de revisão de preço ou reembolso.

CLÁUSULA OITAVA – DO FATURAMENTO

O objeto desta contratação será faturado para a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério de Minas e Energia, situada à Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, sala 450, Brasília/DF, CEP 70.065-900, CNPJ 37.115.383/0005-87.

Subcláusula Única – O nº do CNPJ constante no documento de cobrança deverá ser o mesmo constante na Nota de Empenho, sendo que nesta constará o número do CNPJ participante da licitação e informado na proposta comercial.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União, exercício de 2015, ao encargo do Ministério de Minas e Energia, na seguinte classificação: Programa de Trabalho 25122211920000001, PTRES 091627, Natureza da Despesa 33.90.39, UGR – 320016.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS E REVISÃO DOS PREÇOS

Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, do Contrato ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso. O Contratante, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, recolhendo-os nos respectivos prazos legais.

Subcláusula Primeira – Na apresentação da proposta deverão ser levados em conta os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) incidentes sobre o fornecimento e instalação do objeto contratado, não cabendo qualquer reivindicação resultante de erro nessa avaliação, para o efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Subcláusula Segunda – Uma vez apurado, no curso da contratação, que a Contratada acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a tributos, contribuições fiscais e/ou parafiscais e emolumentos de qualquer natureza não incidentes sobre o fornecimento e instalação contratados, tais valores serão imediatamente excluídos, com a consequente redução dos preços praticados e reembolso ao Contratante dos valores porventura pagos à Contratada, atualizados monetariamente.

Subcláusula Terceira – Se, no decorrer do prazo de vigência deste Contrato até o pagamento ocorrer qualquer dos seguintes eventos: criação de novos tributos; extinção de tributos existentes; alteração de alíquotas; instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais e municipais que comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, serão revistos os preços, a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações. Tratando-se, porém, de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre ao Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização e o acompanhamento deste Contrato serão exercidos por servidor do Contratante, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do Contratante, bem como aos registros e informações sobre o objeto deste Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula Primeira – A Fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior ao objeto ofertado, e na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos.

Subcláusula Segunda – A Fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades.

Subcláusula Terceira – A responsabilidade da Contratada pelo fornecimento/instalação do objeto contratado não será reduzida ou alterada em decorrência da existência da Fiscalização do Contratante.

Subcláusula Quarta – A ação ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada da total responsabilização pela má execução do objeto contratado.

Subcláusula Quinta – Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a Fiscalização do Contratante:

- a) Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis ao correto fornecimento/instalação do objeto contratado, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e
- b) Sustar qualquer fornecimento e instalação que esteja sendo realizado em desacordo com as especificações técnicas ou deste Contrato, ou que possa atentar contra a segurança de pessoas ou bens do Contratante ou de terceiros.

Subcláusula Sexta – A qualquer tempo a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da Contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços.

Subcláusula Sétima – O Fiscal do Contrato deverá exigir o cumprimento de todos os itens constantes das Cláusulas Contratuais e da Proposta da Contratada.

Subcláusula Oitava – A Contratada deverá fornecer e instalar os itens descritos no Termo de Referência - Anexo I do Edital, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, à qual se compromete, desde já, submeter-se.

Subcláusula Nona – As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas por escrito à Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME, em tempo hábil para adoção das medidas saneadoras.

Subcláusula Décima – A Contratada indicará um representante para soluções de problemas que possam surgir durante a vigência deste Contrato.

Subcláusula Décima Primeira - A fiscalização deverá ser exercida de acordo com o GUIA de Fiscalização dos Contratos, (compreende a fiscalização no momento inicial; mensal, antes do pagamento da fatura; diária; especial e demais situações), no que couber, conforme disposto no **Anexo IV da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008** e disposições da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O período de vigência contratual será de **12 (doze) meses** a contar da assinatura deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, mediante a medição dos serviços efetivamente executados e concluídos, no prazo de **até 30 (trinta) dias** da apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa dos serviços correspondentes ao somatório dos valores das **Ordens de Serviço**, a contar do recebimento definitivo dos mesmos, devidamente atestada pelo setor competente do Contratante, juntamente com o **Termo de Recebimento Definitivo**, observado o disposto na Lei nº 4.320/64.

Subcláusula Primeira - No caso de constatação de erros ou irregularidades no documento fiscal, o prazo de pagamento será suspenso e somente voltará a fluir após a apresentação de nova fatura correta. Para efeito da contagem do prazo de pagamento, a fatura será considerada aprovada se não for impugnada, por escrito, até o 5º (quinto) dia útil da sua apresentação.

Subcláusula Segunda - A Nota Fiscal apresentada para pagamento deverá ser emitida com o mesmo número do CNPJ participante da licitação, e da Nota de Empenho.

Subcláusula Terceira - Os pagamentos referidos neste item serão efetuados por meio de ordem bancária, na conta corrente da Contratada sob o nº 050020062-9, da agência 0050, Banco de Brasília - BRB, contra apresentação da Nota Fiscal emitida pela Contratada, devidamente atestada pelo Setor competente do Contratante.

Subcláusula Quarta - Para fazer jus ao pagamento a Contratada deverá estar regularizada junto à Fazenda Nacional, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e às Fazendas Estadual e Municipal do seu domicílio ou sede, cuja situação será confirmada mediante consulta *on line* no SICAF, e prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

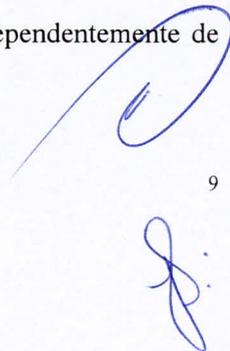
Subcláusula Quinta - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de sanção administrativa ou inadimplência contratual.

Subcláusula Sexta - A Contratada não poderá fazer cessão dos créditos decorrentes deste Contrato a ser assinado, sendo-lhe permitido, entretanto, dá-los em garantia de operações de financiamento, mediante prévia anuência do Contratante, não se admitindo, porém, cobrança por intermédio de terceiros, sob pena de multa e rescisão contratual.

Subcláusula Sétima - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será adotada para o expurgo a variação do IGP/DI no mês de apresentação da proposta, pro rata relativamente ao prazo para pagamento, conforme dispõe o art. 6º do Decreto n.º 1.110/94.

Subcláusula Oitava - Dos pagamentos devidos à Contratada, o Contratante descontará:

- a) A importância das multas porventura aplicadas em função do atraso no fornecimento e instalação do objeto contratado;
- b) Quaisquer outros débitos da Contratada para com o Contratante, independentemente de origem ou natureza.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se a Contratada incorrer na inexecução parcial ou total de qualquer das condições previstas neste Contrato e seus Anexos, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe as seguintes penalidades:

- a) Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- b) Multa moratória de **0,1%** (um décimo por cento), sobre o valor total deste Contrato no caso de atraso na sua assinatura, limitado ao montante de **2%** (dois por cento);
- c) Multa diária de **1%** (um por cento), sobre o(s) valor(es) da(s) Ordem(ns) de Serviço(s) em caso de descumprimento dos prazos para o fornecimento e instalação do objeto contratado, observado os prazos e as condições estipuladas no Termo de Referência, Anexo I do Edital, limitada ao montante de **2%** (dois por cento);
- d) Multa diária de **5%** (cinco por cento), sobre o(s) valor(es) da(s) Ordem(ns) de Serviço(s) em caso de descumprimento do prazo para correção de defeitos apresentados, por ocorrência, estabelecido no **item 9** do Termo de Referência, Anexo I do Edital;
- e) Multa diária de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total deste Contrato no caso de descumprimento de quaisquer outras obrigações não previstas acima;
- f) Multa compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor contratado, quando o descumprimento resultar na rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas neste Contrato;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Contratante, depois de ressarcidos os prejuízos causados e depois de decorrido o prazo das sanções aplicadas nas alíneas anteriores.
- h) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos seguintes prazos:
 - h1) Não assinar o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta: **até 2 anos;**
 - h2) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato: **até 1 (um) ano;**
 - h3) Não manter a proposta apresentada na licitação: **até 1 (um) ano;**
 - h4) Falhar ou fraudar na execução deste Contrato: **até 5 (cinco) anos e descredenciamento do SICAF;**
 - h5) Comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal aqui entendido como a prática de qualquer ato descrito nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93: **até 5 (cinco) anos e descredenciamento do SICAF;**

Subcláusula Primeira - O(s) valor(es) da(s) multa(s) poderá(o) ser descontado (s) do pagamento ou ser recolhido(s) em conta única do Tesouro Nacional, por meio de GRU, indicada pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Contratante, no prazo de até **05 (cinco) dias** úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União; ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

Subcláusula Segunda - As sanções administrativas previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, garantida a prévia defesa.

Subcláusula Terceira - As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que repetir-se o motivo, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor atualizado da Nota Fiscal / Fatura dos serviços executados, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos.

Subcláusula Quarta - A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito à Contratada, após o regular processo administrativo.

Subcláusula Quinta - As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nos casos de força maior, devidamente comprovado, a critério do Contratante.

Subcláusula Sexta - O prazo para apresentação de recurso das penalidades aplicadas é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

Subcláusula Sétima - As sanções aplicadas serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

São motivos para a rescisão deste Contrato:

- a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) A lentidão de seu cumprimento, levando o Contratante a comprovar a impossibilidade da execução das obrigações assumidas dentro da regularidade e prazos exigidos;
- d) O atraso injustificado no início da execução contratual;
- e) A paralisação da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante;
- f) A subcontratação total ou parcial de seu objeto, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que prejudiquem o serviço objeto deste Contrato.
- g) O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar o fornecimento/instalação contratado, assim como às de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na execução das obrigações assumidas, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada, que prejudique a execução deste Contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada o Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- m) A supressão, por parte do Contratante, dos serviços contratados, acarretando modificação do valor inicial deste Contrato além do limite permitido no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, sem prévio acordo entre as partes;
- n) A suspensão do atendimento, por ordem escrita do Contratante por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Contratante decorrentes dos serviços ou parcelas deste já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.
- q) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Subcláusula Primeira - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Subcláusula Segunda - A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos itens “a” a “l” e “p” desta Cláusula;
- b) Amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o Contratante;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

Subcláusula Terceira – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Subcláusula Quarta – Quando a rescisão ocorrer com base nos itens “l” a “p” desta Cláusula, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pelo fornecimento licitado até a data da rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no artigo 77, da Lei federal nº 8.666/93.

Subcláusula Única – A rescisão poderá se dar a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O Contratante providenciará a publicação do extrato deste Contrato, no Diário Oficial da União, nos termos do Art. 20 do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS COMUNICAÇÕES

Eventuais correspondências expedidas pelas partes contratantes deverão mencionar o número deste Contrato e o assunto específico da correspondência.

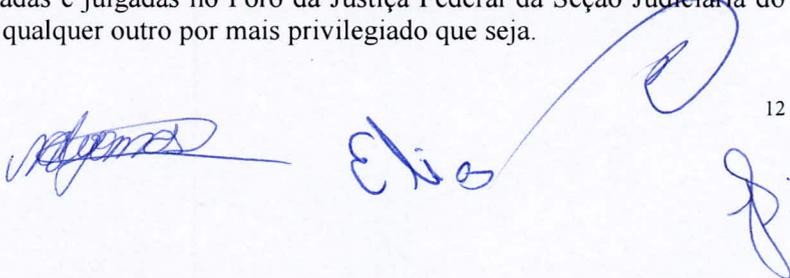
Subcláusula Primeira – As comunicações feitas ao Contratante; deverão ser endereçadas à Coordenação-Geral de Compras e Contratos do Ministério de Minas e Energia, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco U, sala 450-A, CEP 70.065-900, Telefone (61) 2032.5464, Fax (61) 2032.5951.

Subcláusula Segunda – As comunicações feitas à Contratada deverão ser endereçadas à **MARCEA QUEROZ DE LIMA GOMES - ME**, estabelecida na SCRN 716 Bloco A Loja 31 – CEP: 70770-610, Asa Norte, na cidade Brasília-DF, Telefone: (61) 3447-6947, (61) 8612-2509.

Subcláusula Terceira – Eventuais mudanças de endereço ou telefone devem ser informadas por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

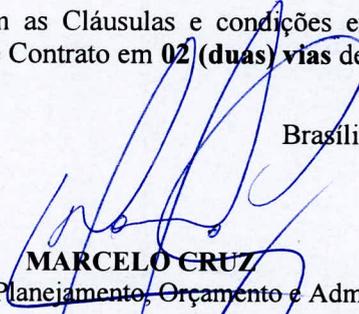
As questões decorrentes da execução do objeto deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas no Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.



E, por estarem de pleno acordo com as Cláusulas e condições expressas neste Instrumento, os contratantes citados firmam o presente Contrato em **02 (duas) vias** de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Brasília, 1º de abril de 2015.

Pelo CONTRATANTE:


MARCELO CRUZ

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração.

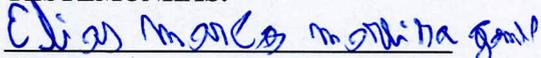
Pela CONTRATADA:



MARCEA QUEROZ DE LIMA GOMES

Representante Legal

TESTEMUNHAS:



Nome:

CPF/MF: 728 674 011-68



Nome:

CPF/MF: 496.507.776-87



**AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15000044/2015**

Objeto: Prestação de serviços de preparação vocal e musical (regente) e acompanhamento musical (TECLADISTA) para o coral da ECT/DR/SPI, conforme Edital. A abertura da licitação designada para o dia 30/03/2015 às 08:30 horas, foi adiada para o dia 17/04/2015 às 08:30 horas.

ENÉIAS FRANCISCO PEREIRA ROSA
Pregoeiro

**AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15000016/2015**

Objeto: Serviços de engenharia para desinstalação de caixas de coleta de correspondências, nas regiões de Campinas, Sorocaba e São José dos Campos, conforme edital. Abertura da Licitação: 17/04/2015 às 08:30 horas. Retirada do edital e informações: no endereço <http://www.correios.com.br>, pelo telefone (14) 4009-3558 /4009-3660 ou fax (14) 4009-3659.

JULIANA BUENO RETI
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15000045/2015

Objeto: Serviços de engenharia para pintura do imóvel que abriga a AC Mococa, conforme edital. Abertura da Licitação: 20/04/2015 às 08:30 horas. Retirada do edital e informações: no endereço <http://www.correios.com.br>, pelo telefone (14) 4009-3558 /4009-3660 ou fax (14) 4009-3659.

ENÉIAS FRANCISCO PEREIRA ROSA
Pregoeiro

**DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO
METROPOLITANA**

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14000301**

Objeto: prestação de serviços de manutenção predial corretiva emergencial, programada e preventiva, conservação e instalação no Complexo Claudio Schalch da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana (DR/SPM), conforme Especificação Técnica e demais condições deste Edital e seus Anexos. Empresa adjudicada: "TECHWAY COMERCIO E INSTALAÇÕES DE TELECOM E INFORMÁTICA LTDA" CNPJ: 19.026.321/0001-93 para o lote único no valor global de R\$ 1.649.650,00. Autoridade Adjudicadora e Autoridade Homologadora: CACON/DR/SPM - PRT/DR/SPM: 4502/2015.

THAYSE CARVALHO SILVA DE SANTANA
Pregoeira

**AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15000042 - GERAD/DR/SPM**

Objeto: aquisição de Materiais de Escritório para PMA, por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP, conforme Edital e seus anexos. Download do edital no site <http://www.licitacoes-e.com.br>. (ID desta licitação 577871). O acolhimento das propostas no referido site dar-se-á a partir das 10h00min do dia 16/04/2015. Abertura das Propostas: 17/04/2015 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 09h30min do dia 17/04/2015 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correios.com.br. No campo "assunto" mencionar PGE 15000042.

ARTUR RIBEIRO
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15000055 - GERAD/DR/SPM

Objeto: fornecimento de botijões de 20 (vinte) quilos de gás liquefeito de petróleo GLP, para abastecimento de empilhadeiras da ECT alocadas em Unidades da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana, conforme Edital e seus anexos. Download do edital no site <http://www.licitacoes-e.com.br>. (ID desta licitação 577956). O acolhimento das propostas no referido site dar-se-á a partir das 10h00min do dia 16/04/2015. Abertura das Propostas: 17/04/2015 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 09h30min do dia 17/04/2015 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correios.com.br. No campo "assunto" mencionar PGE 15000055.

VALTER ANUNCIÃO DOS SANTOS JUNIOR
Pregoeiro

**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15000007 - GERAD/DR/SPM**

Comunicamos a todos os interessados que o Pregão Eletrônico nº 15000007 - GERAD/DR/SPM, que tem por objeto a prestação de serviço de transporte urbano de cargas, na modalidade LINHAS DE TRANSPORTE URBANO - LTU, conforme edital e seus anexos, foi declarado fracassado. O Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial da União - Seção 3 - Edição Nº 30 de 12/02/2015 Pag. 117. Os autos encontram-se franqueados para consulta.

RAQUEL KOKA DE SOUZA
Pregoeira

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio de Cooperação Técnica No. 001/2014. Data de Assinatura: 18/11/2014. Participe: EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA S.A. - IPLANRIO - CNPJ: 73.214.439/0001-90. Vigência: 18/11/2014 a 17/11/2019. Objeto: Cooperação, o intercâmbio de conhecimento técnico, a troca de informações, a execução e gestão de projetos, com ou sem prestação de serviços e, especialmente, o apoio nas ações relativas à integração da rede de telecomunicações federal com outras redes de telecomunicações, visando à implementação do Programa Nacional de Banda Larga - PNB. Signatários: p/ TELEBRAS - Francisco Ziober Filho (Presidente Interino); p/ IPLANRIO - Ricardo de Oliveira (Diretor Presidente).

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº: 469/2013-TB. Partes: TELEBRAS e COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL - CNPJ: 76.483.817/0001-20. Objeto: Fornecimento de energia elétrica para o Ponto de Presença (POP), no município de Curitiba/PR, para efetivação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). Valor global estimado por 1 (um) ano: R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais). Fundamento Art. 24, Inciso XXII, da Lei nº 8.666/93. Reconhecido por Márcio Antonio Rodrigues dos Santos, Diretor Administrativo-Financeiro, interino. Ratificado por Francisco Ziober Filho - Presidente, interino

Ministério de Minas e Energia

**SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS
LOGÍSTICOS**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2015 - UASG 320004

Nº Processo: 48000002469201413.
PREGÃO SISPP Nº 5/2015. Contratante: MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA - CNPJ Contratado: 12979690000151. Contratado: MARCEA QUEROZ DE LIMA GOMES - ME - Objeto: Fornecimento com instalação de petiscanias verticais e horizontais, por demanda para o Ministério de Minas e Energia-MME. Fundamento Legal: Lei 10520/02, Decretos nº5450/05 e 3555/00, IN/SLTI/MPOG

**DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL
E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS**

COMUNICADO Nº 63, DE 2 DE ABRIL DE 2015

A AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, em razão do não recebimento por parte do interessado do Ofício nº 869/2014/SRP-ANP, constante no Processo nº 48610.012281/2014-03, instaurado para a aplicação do disposto no art. 3º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, torna público, sob forma de extrato, que o abaixo identificado deverá:

I - Apresentar DEFESA ADMINISTRATIVA, no prazo máximo de 15 (QUINZE) dias, contados a partir desta publicação, nos termos da Lei nº 9.784/99;

PROCESSO ADMINISTRATIVO	CNPJ	NOME E/OU RAZÃO SOCIAL
48610.012281/2014-03	44.917.284/0001-50	DECASA AÇUCAR E ALCOOL S/A

A defesa administrativa deverá ser apresentada, formalmente e dentro do prazo estabelecido, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, direcionada à Superintendência de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis, na Avenida Rio Branco, nº 65, 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004, tendo como referência o número do citado Processo Administrativo, devendo a documentação estar obrigatoriamente assinada e acompanhada da devida comprovação de capacidade do signatário para assinatura ou outorga de poderes para a sua representação, sob pena de seu não reconhecimento pela autoridade julgadora.

Conforme previsto no art. 26, inciso V, da Lei nº 9.784/99, o referido Processo Administrativo terá continuidade independente da apresentação da Defesa Administrativa, das Alegações Finais ou do comparecimento do interessado ou de seu representante legal.

ALEXANDRE CARLOS CAMACHO RODRIGUES
Superintendente

nº01/10 e 02/08; LC 123/06; Lei 8666/93 e alterações. Vigência: 01/04/2015 a 01/04/2016. Valor Total: R\$42.000,00. Fonte: 134032183 - 2015NE800126. Data de Assinatura: 01/04/2015.

(SICON - 02/04/2015) 320004-00001-2015NE800084

**AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS
NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS**

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 5/2015 - UASG 323031**

Nº Processo: 48610002260201552. Objeto: Associação ao CIMAC - Internacional Council on Combustion Engines. Vigência até 31/12/2015. Demais informações encontram-se acostadas aos autos do processo. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Exclusividade Declarada de Inexigibilidade em 01/04/2015. FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO. Diretor. Ratificação em 01/04/2015. MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD. Diretora Geral. Valor Global: R\$ 6.774,81. CNPJ CONTRATADA: Estrangeiro CIMAC - INTERNATIONAL COUNCIL ON COMBUSTION ENGINES.

(SIDEIC - 02/04/2015) 323031-32205-2015NE800219

**EDITAL Nº 39, DE 2 DE ABRIL DE 2015
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS
E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS
DE NÍVEL SUPERIOR**

A DIRETORA-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS torna pública a retificação do subitem 2.3 do Edital nº 36/2014 - ANP, de 23 de março de 2015.

Torna público, ainda, a retificação do subitem 2.1.3 do Edital nº 37/2014 - ANP, de 27 de março de 2015, e a inclusão do subitem 2.1.3.1 no referido edital, conforme a seguir especificado.

1 DA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 36/2014 - ANP, DE 23 DE MARÇO DE 2015

[...]

2.3 O Curso de Formação será realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 8 a 17 de abril de 2015 (inclusive sábado e domingo), na Agência Nacional do Petróleo Avenida Rio Branco, nº 65 - Auditório do 13º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ.

[...]

2 DA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 37/2014 - ANP, DE 27 DE MARÇO DE 2015

[...]

2.1.3 Os candidatos deverão imprimir o comprovante de matrícula, disponível na internet, entregando-o, pessoalmente, no dia 8 de abril de 2015, das 8 horas às 8 horas e 30 minutos (horário oficial de Brasília/DF), por ocasião do Credenciamento, no local de realização do Curso de Formação (Agência Nacional do Petróleo Avenida Rio Branco, nº 65 - Auditório do 13º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ), apresentando documento de identidade original em bom estado de conservação.

2.1.3.1 O Curso de Formação será realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 8 a 17 de abril de 2015 (inclusive sábado e domingo), na Agência Nacional do Petróleo Avenida Rio Branco, nº 65 - Auditório do 13º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ.

[...]

MAGDA CHAMBRIARD